

28 NOV 1991

JORNAL DO BRASIL

Brasil

Macedo diz que economia só depende do Congresso

Eli Teixeira

Leopoldo Silva — 17/5/91

BRASÍLIA — O futuro da política econômica está nas mãos do Congresso Nacional. Praticamente todas as medidas de controle da inflação e de modernização da economia já foram encaminhadas a deputados e senadores, faltando apenas a grande reforma tributária que será feita no ano que vem. "Aqui dentro, a bola agora está com o Congresso. Lá fora, está com o Fundo Monetário Internacional", disse o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo.

As principais mudanças na economia, destinadas a acabar com o déficit público e tornar as empresas nacionais mais competitivas, vêm tramitando nas comissões do Congresso, mas este ano pouca coisa tem chance de aprovação. Neste momento, o que mais interessa ao Executivo é a aprovação da reforma fiscal de emergência, destinada a dar fôlego financeiro ao Tesouro Nacional no ano que vem. A reforma aumentará a arrecadação federal em pelo menos US\$ 12 bilhões ao ano, o que permitirá ao Tesouro Nacional sair da condição de deficitário e passar a ter superávits. "O ajuste fiscal tem de ficar nesse valor, mesmo que o Congresso modifique a proposta enviada pelo Executivo", ponderou Roberto Macedo.

Além da reforma tributária de emergência, tramitam no Congresso 22 emendas constitucionais, o Emendão, que prevê cortes de despesas, aumenta a arrecadação e propõe solução para as dívidas estaduais. Os projetos de lei de modernização econômica abrangem nova legislação portuária, mudanças no código de propriedade industrial e fim da reserva de mercado na informática. Outros projetos propõem a desburocratização de vários setores. Para o Executivo, essas propostas, junto com o Programa Nacional de Privatização, podem levar a



Macedo: modernização

uma estabilização econômica, seguida de modernização industrial.

É uma situação curiosa. O Executivo afirma que a solução dos problemas internos agora depende do Congresso. E enquanto o Congresso não aprovar o ajuste fiscal, o FMI não vai aprovar o programa econômico brasileiro, previsto na carta de intenções negociada com os técnicos do Fundo. Por sua vez, os banqueiros estrangeiros não renegociam a dívida do país enquanto não receberem sinal verde do FMI. A entrada de poupança estrangeira, inclusive um financiamento de US\$ 2 bilhões do FMI, depende do acerto com a comunidade financeira internacional.

"Enquanto esse nó não é desatado, continuaremos com austeridade fiscal e monetária", explica o secretário Roberto Macedo. Austeridade nesse caso significa juros altos, pouco dinheiro no mercado e verbas orçamentárias cada vez mais curtas. Esses apertos são responsáveis pela redução da atividade econômica e, consequentemente, desemprego mais elevado e salários achatados.